



# Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE SETEMBRO DE 1989.

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 02.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 1989.  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

As quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Chierigate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Ironi Pugliesi e Namir Piacentini (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e

votação aos projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.09.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por 10 minutos, a fim de preparar a urna para a votação secreta, da indicação do Sr. Governador do Estado.

(Está suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 56/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 63/89), que submete à apreciação desta Assembléia Legislativa a indicação do Deputado NESTOR BAPTISTA para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 56/89

### PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 63/89, a presente proposição visa submeter à apreciação deste Poder Legislativo a indicação do Deputado Nestor Baptista para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Chamada a opinar esta Comissão, através de seu Relator, entende que a matéria se encontra em conformidade com os ditames constitucionais estaduais - art. 22 inc. IX, art. 41, § 3º. Além de que, a notória experiência profissional do indicado como advogado, jornalista e Deputado Estadual conferem-lhe plenas condições para exercer eficientemente as funções de Conselheiro do Egrégio Tribunal de Contas de nosso Estado.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos apreciando matéria que nesta Legislatura é a primeira vez que apreciamos, matéria que indica um Deputado integrante deste Parlamento, para compor o Conselho do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A Constituição Federal no seu artigo 73 § 1º faz referência aos requisitos necessários para a indicação de Ministros do Tribunal de Contas da União, aonde nos incisos II, III e IV, diz:

INCISO II: "Idoneidade moral e reputação ilibada;"

INCISO III: "Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, e financeiros ou de administração pública."

INCISO IV: "Mais de dez anos de exercício da função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos mencionados no inciso anterior".

No artigo 75 da Constituição Federal, lemos o seguinte: "As normas estabelecidas nesta Sessão, aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como, dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios".

É isso que está escrito na Constituição Federal. O Supremo Tribunal Militar, sabemos muito bem - foi de conhecimento público, negou há pouco tempo a indicação do Senhor Aluísio Alves devidamente encaminhada por S.Exa. o Presidente José Sarney, para pertencer aos quadros de Juizes do Supremo Tribunal Militar. A alegação é de que o Senhor Aluísio Alves não cumpriu com a exigência constitucional de 10 anos de exercício da função. Aqui há de se perguntar, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Eu não conheço o "currículo" do Deputado Nestor Baptista porque na Mensagem não consta se ele cumpre as exigências da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer ver o "currículo"?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu gostaria porque eu não tenho conhecimento do "currículo".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. vai ver o "currículo".

O SR. PEDRO TONELLI - Eu faço questão. Porque não recebi na Mensagem o "currículo" que dá conta...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu me inscrevo para

discutir posteriormente.

O SR. PEDRO TONELLI - Porque até agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não foi cumprido o que determina a Constituição Federal. O "currículo" tem que provar o cumprimento da Constituição: "notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros, ou de administração pública". E o inciso IV do art. 73, § 1º, exige 10 anos de exercício da função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior. Portanto, essa é a primeira indagação: por que não foi a prova anexada à Mensagem encaminhada por S.Exa. o Governador Álvaro Dias?

Eu posso questionar: terá o Deputado Nestor Baptista conhecimentos jurídicos suficientes para ser Conselheiro do Tribunal de Contas? É a primeira indagação. Se formos manusear aqui os Anais da Assembléia Legislativa, perceberemos que nós não podemos abonar tal propositura neste momento. O Deputado Nestor Baptista foi autor de uma lei, um Projeto de Resolução de nº 113/84, que trata da remuneração do Deputado Estadual, os subsídios e as verbas de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 1º de junho de 1984. Este Projeto de Resolução diz no seu art. 1º: "A remuneração do Deputado Estadual será de dois terços do que percebe a qualquer título os Deputados Federais". Quer dizer, o nobre Deputado que está sendo proposto para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas propôs uma lei complementar inconstitucional porque é proibido, e é de conhecimento público, pois a Constituição Federal é um documento público, de que não pode vincular salários. E o nobre Deputado propôs uma lei completamente inconstitucional, propondo a vinculação de salários.

Será que no Tribunal de Contas será cumprida a Constituição vigente do País? É uma outra dedução que nós podemos tirar neste momento.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por esses e tantos outros, sem entrarmos no mérito já que é um cargo de confiança e que deve ter a confiança deste Parlamento. Eu não vou entrar no mérito da confiança pessoal porque aqui não se coloca em jogo a vida pessoal de ninguém, apesar de que em outro momento fui até ameaçado de morte neste Parlamento numa discussão acirrada no ano passado quando se votava aqui a extinção da URP para o funcionalismo público do nosso Estado. Mas não é esse o mérito que estamos julgando hoje, a questão é pessoal. Nós temos que levar em conta a confiança política e quero deixar bem claro que o meu voto, apesar de ser secreto, será contrário a indicação

do nobre Deputado Nestor Baptista, porque não merece a confiança política para exercer esse cargo público. O cargo de Deputado não fui eu quem lhe concedi. Foi o povo do Paraná.

O respeito: analiso o seu mérito. Se for positivo apoiamos, se não for, vamos combatê-lo, agora, esta função que está sendo proposta, eu terei que participar desta indicação. Ele terá que ter a minha confiança política. Porque sou parte deste Poder, do Poder Legislativo. Então, quero deixar claro que por enquanto eu não tenho a confiança política de indicar o Deputado Nestor Baptista para exercer o Conselho do Tribunal de Contas do Estado, porque a sua postura política, em muitos momentos, veio contra o interesse, contra a postura política que nós defendemos, aqui, e contra o interesse dos funcionários públicos, dos trabalhadores, neste Estado. Quando ele, politicamente, defendeu o Governo como Líder em muitos e muitos momentos ele cometeu absurdos contra a maioria dos paranaenses.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu quero deixar meu voto aberto, claro, pois será contra a indicação.

Primeiro, porque o seu "curriculum", que eu não conheço, não sei se cumpre a Constituição. E, segundo, porque não merece a nossa confiança política.

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa levantou Questão de Ordem ou só fez declaração de voto?

O SR. PEDRO TONELLI - Fiz declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, não será um pronunciamento, apenas para aqueles que participam das reuniões da Assembléia Legislativa, não levem a interpretação errônea daquilo que se procede neste instante, pelas palavras do Deputado antecessor, Pedro Tonelli, na tribuna.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 75, Parágrafo Único, diz textualmente: "As Constituições Estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros". Isso diz a Constituição Federal. "As Constituições Estaduais disporão sobre Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete conselheiros".

A Constituição em vigência, do Estado

do Paraná, que é esta que tenho em mãos, esta Constituição diz, quanto às atribuições da Assembléia Legislativa, no inciso IX do artigo 22: "Além do disposto no artigo 16, compete exclusivamente à Assembléia Legislativa - Inciso VIII: aprovar ou suspender intervenção nos Estados, aprovar previamente por votação secreta indicação de Prefeito da Capital e das instâncias hidrominerais e do Conselho do Tribunal de Contas".

O artigo 41, inciso III, da Constituição em vigor, falando sobre o Tribunal de Contas, diz que "Os Conselheiros serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada indicação pela Assembléia Legislativa, dentre os brasileiros maiores de 35 anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, da Administração Pública". É isso o que diz a Constituição: notórios conhecimentos jurídicos.

Com me parece, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que o notório conhecimento jurídico é algo que não se mede, não tem-se como medir se o conhecimento de alguém é notório ou não, preencher seus requisitos, que a Constituição estadual determina. Porque o Conselheiro do Tribunal de Contas é de competência da Assembléia Legislativa e a nossa Constituição apenas exige o conhecimento jurídico. Raras vezes, nesta Assembléia eu pude presenciar um ato, no mínimo, tão deselegante, uma afronta direta a um companheiro de Casa que eu presumo, todos tenham, aqui neste Poder, o respaldo de uma população que elegeu; a postura de um Parlamentar e de nenhum dos Parlamentares desta Casa eu duvido que tenham o conhecimento necessário; que tenham respaldo moral necessário e que tenham a competência para o exercício de uma função.

A cada um dos Parlamentares é dado um direito em votação secreta de votar a favor ou de votar contra. Mas, a nenhum de nós, até por questão ética, é nos dado o direito da acusação, da dúvida sobre a integridade ou capacidade profissional de qualquer um dos integrantes deste Poder ou de qualquer um dos cidadãos.

Há um princípio elementar de que quem acusa, apresenta prova. Ninguém precisa neste País, provar que é competente; provar que é sério; provar que é honesto. Cabe a qualquer cidadão provar que alguém não seja competente, ou alguém não seja sério, ou alguém não seja honesto. Há um princípio ético normal de vida, que todos nós somos iguais. As diferenças ficam por conta das exceções e, as exceções cabem a quem acusa apresentar os dados.

Por isso, sem necessidade até, mas apenas para justificar que esta Casa está votando dentro daquilo que a Constituição

determina é que eu uso a palavra para que possamos de sã consciência saber de que preenche os requisitos do "currículo" apresentado à Mesa e passando nas Comissões. E que as Comissões deram seu Parecer favorável. Por esta razão o Plenário desta Casa votará hoje a indicação do Conselheiro com a prerrogativa do Parlamento, como representante da população e cumprindo o preceito Constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Excelentíssimas Sras. Deputadas, Excelentíssimos Srs. Deputados.

Não tenho nenhuma procuração para defender o meu companheiro Deputado Estadual, companheiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Partido este com maior representação e assento nesta Assembléia Legislativa do Estado.

Quem seria Sr. Presidente e Srs. Deputados, as pessoas qualificadas, as pessoas que correspondem através do seu mandato nesta Assembléia Legislativa do Estado, com 54 Srs. Deputados, para julgar através do voto secreto o "currículo" do Parlamentar Nestor Baptista.

Eu diria Srs. Deputados de que um partido que apenas obteve nesta Casa uma só representação, um único Líder de si mesmo, não tem a competência de julgar o "currículo" de um outro Deputado.

Primeiro que este partido passou pelo crivo popular do povo paranaense. E o povo do Paraná analisou com muita competência e com muita responsabilidade, e talvez pela infelicidade do Parlamento e do povo do Paraná conseguiram fazer um único representante, que é o Sr. Deputado Pedro Tonelli. Um Partido que só faz um representante e ainda com uma minoria de votos que podem observar, Srs. Deputados, não é através do "currículo" do Pedro Tonelli, porque se nós analisarmos em questão de "currículo", nós teríamos que somar e bater o "currículo" do Deputado Nestor Baptista com o "currículo" do Deputado Pedro Tonelli, eu tenho certeza e afirmo, neste momento que se nós nos basearmos por "currículo", Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, está muito longe da competência do Deputado Nestor Baptista. Se a Mensagem do Governo que vem a esta Assembléia Legislativa do Estado, a ser apreciada por todos os Parlamentares, o Governo não está fugindo da Constituição Federal.

Vossa Excelência que acompanha a Constituição Estadual sabe que a nossa Constituição será promulgada no dia 5 de outubro de 1989, e aí passaremos a cumprir

os compromissos, dentro de uma Constituição promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado.

Quero dizer, neste momento, que convivi durante muito tempo, acompanhando até mesmo sem ser Deputado Estadual, a luta do Deputado Nestor Baptista junto às suas bases eleitorais e junto ao Paraná e até mesmo a nível nacional, procurando trazer a democracia para este País, sendo uma trincheira das maiores dificuldades que o MDB e atualmente o PMDB enfrentou, no Estado e a nível nacional.

Meu caro companheiro, Deputado Nestor Baptista, o que eu mais sinto, neste momento, é saber que eu vou votar em Vossa Excelência para assumir um cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, o que eu mais sinto, Deputado Nestor, é ter que votar em você, mas não é pela sua incompetência, você é até competente demais, o que eu mais sinto é que vou votar, mas o que eu mais sinto é que vou perder você, neste Parlamento, este companheiro que demonstrou lealdade ao Governo, que demonstrou lealdade aos seus companheiros de Assembléia Legislativa do Estado, demonstrou competência e, acima de tudo tive o prazer e a felicidade de conviver durante algum tempo aqui com você como o seu vice-líder.

A você Nestor Baptista, a certeza do voto deste Parlamento, e àqueles que acharam que você não tem o "currículo" suficiente haverão de saber que a justiça divina, tarda mas não falha, para julgar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Senhor Presidente, farei uso da palavra pela ordem apenas, Senhor Presidente, para cumprir, neste momento, o dever de consciência para com esta Casa de Leis no episódio do Tribunal de Contas, porque uma declaração de apoio ao meu nome fora feita, por unanimidade, nesta Casa, há alguns meses atrás. E nós que, singelamente, pretendíamos e pretendemos disputar "pari passu" dentro desse Parlamento as indicações para o Tribunal de Contas, merecemos este apoio que eu diria não inédito, mas singular da unanimidade desta Casa, não poderia, neste momento, deixar passar despercebida a oportunidade em que Sua Excelência o Governador do Estado, usando de uma atribuição e prerrogativa, que é sua, entendeu indicar um outro nome para o Tribunal de Contas. Um outro nome digno, honrado, que haverá de merecer também o apoio desta Casa de Leis, porém eu direi aos Senhores, que apresentei uma

emenda à Constituição, a exemplo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em que as próximas indicações, após a aprovação da Constituição do Estado, serão feitas através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E aí eu tentarei colher, mais uma vez, a amizade e o carinho que Vossas Excelências demonstraram naquele apoio que passaram às minhas mãos e eu entreguei às mãos de Sua Excelência o Governador do Estado. Mas devo dizer também, que Sua Excelência, com muita consideração a este Deputado aguardou aproximadamente 10 dias para que eu decidisse se iria ou não concordar com a indicação do nobre colega. Porque, corriam notícias que eu iria disputar no Plenário, mas eu achava e não acho, já que a Constituição diz que a indicação é de Sua Excelência, eu não ia colher um voto que não valia, dos meus colegas, só para dizer que votariam em mim e eu não aproveitaria esta colheita de votos.

Portanto, meus caros colegas, devo agradecer a honraria que me foi concedida naquela declaração unânime dos nossos companheiros, e que se houver uma próxima oportunidade, se houver uma vaga ainda nesta Legislatura, este colega, agradecendo o que já fizeram por mim, haverá de tentar colher novamente o apoio desta Casa, tentando realizar um sonho de um Deputado de 20 anos desta Casa de Leis, que será representá-la. E aí representando mesmo este Poder, através de uma indicação que será feita, pela primeira vez, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Quero pedir àqueles todos, que assinaram o apoio a este Deputado, os 53 Deputados e comigo 54, que façam e apelo mesmo até ao Deputado Pedro Tonelli que me deu a honra e o prazer de assinar o apoio a minha candidatura que reveja a sua posição e que também vote no Deputado Nestor Baptista, porque é o momento de nos unirmos, mostrarmos a este público, a esse Paraná e a esse Brasil, que esta Casa de Leis, quando se trata de indicar um Membro do seu Poder haverá de ser consentâneo com o desejo do povo, que esta Casa tenha um pensamento uníssono. E portanto, eu pediria uma vez mais ao Deputado Pedro Tonelli, que juntamente com os demais companheiros depositasse o seu voto não ao Deputado, e sim a um membro deste Poder Legislativo, para representar esta Assembléia no Tribunal de Contas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e

Senhores Deputados.

Venho à Tribuna para prestar uma homenagem a um companheiro, a um amigo e a um irmão. Companheiro, Deputado Nestor Baptista, divergências muitas nós tivemos, e isto é próprio do Parlamento e é próprio dos políticos. Mas eu entendo que esta Casa se sente hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, prestigiada, valorizada com esta indicação, quando pela vez primeira, um Deputado com o mandato em exercício vai assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Claro que daqui, nós teríamos vários companheiros já com muitos anos de carreira política que mereciam esta indicação. E eu cito exemplos aqui, do nobre Deputado Erondy Silvério com quem tivemos também várias divergências e as teremos até o final do nosso mandato. Mas reconhecemos um homem com a sua longa ficha de carreira pública, só aqui nesta Casa, 22 anos. Se somarmos a Câmara de Vereadores, serão ao todo 34 anos dedicados à vida pública. 34 anos de atendimento ao povo do Paraná, a exemplo do Deputado Quielse Crisóstomo, que era também dos pretendentes a essa vaga do Tribunal de Contas. É claro, é evidente que muitos que aqui estão poderiam ser chamados, mas eu entendo perfeitamente que o chamamento do Deputado Nestor Baptista foi pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pela sua persistência no atendimento às recomendações que lhe eram feitas pelo Governo do Estado, na liderança do seu Partido; se empenhou a fundo, demonstrou a sua competência e demonstrou acima de tudo, a sua fidelidade ao seu Partido e ao Governador, que é o Governador do Estado do Paraná.

Por isso, companheiro Nestor Baptista, companheiro de imprensa, a imprensa também se sente valorizada com a sua indicação. Nestor Baptista esportista, companheiro das peladas de todos os domingos, defendendo a camisa do Butantã, e é o único time varzeano, é o único time amadorista que tem dois Deputados, que tem vereador que joga ao meio junto com o metalúrgico, com o trabalhador, com o pedreiro, com o electricista; nós todos no domingo estamos lá alegrando alguma vila desta cidade, alegrando algum município próximo desta cidade, jogando e praticando o nosso esporte. Companheiro e amigo Nestor Baptista, a nossa saudação a você, em nome da Bancada do PDT neste momento, desejando a você as maiores felicidades no cargo que passará a ocupar no Tribunal de Contas. Quero também neste momento, já, render a nossa homenagem e dar boas vindas àquele que vai assumir o seu posto e que já está aqui e que nos dá o prazer de sua visita, que é o Deputado Renato Abur, que a partir de hoje já passa a compor os quadros desta Assem-

bléia Legislativa do Paraná.

Quero cumprimentar também aqui, prestigiando este ato, também um homem de imprensa e político, vereador, companheiro Mário Celso. Eu acho que todos nós que convivemos, eu, o Mário, o Nestor Baptista, que fazemos este tripé da imprensa do Paraná, da imprensa esportiva, nós que somos esportistas por excelência estamos felizes com a sua indicação, Nestor. Tenha certeza que é do fundo da nossa alma.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVEIRO (Para justificar) -

Senhor Presidente, eu não pretendia justificar o meu voto porque não há necessidade, nós estamos apenas cumprindo um preceito constitucional. E a escolha feita pelo Senhor Governador é das mais acertadas, pelas manifestações que nós ouvimos nesta Casa, vimos que o nobre Deputado Nestor Baptista, além de sua competência, além das qualificações para o cargo, é um homem que goza de estima dentro da Casa; de maneira que foi uma escolha acertada, uma escolha que realmente honra o Poder Legislativo Estadual.

Mas, eu apenas solicitei uso à palavra Senhor Presidente, para agradecer ao nobre Deputado Algaci Túlio, como ele bem disse: "Divergimos tantas e tantas vezes, mas também já fomos companheiros de lutas políticas". Reconhecemos em Sua Excelência, um Deputado autêntico, batalhador, um Deputado que está sempre à frente das legítimas reivindicações populares. Nós divergimos e iremos divergir, isso é próprio da Democracia, Democracia é justamente a convivência daqueles que pensam de forma adversa, porque se todos fossem unânimes não existiria Democracia. Então, nós vamos divergir, mas as suas palavras realmente me sensibilizaram, porque elas, para um Político que está em fim de carreira e que está no ocaso da vida, é exatamente o reconhecimento por parte de um colega, de quem nós divergimos tanto politicamente, realmente nos enche de satisfação. Por isso eu usei da palavra, para agradecê-lo pelas referências elogiosas, bondosas e até imerecidas feitas a meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Iniciado o processo de votação. Senhores Deputados, o Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

Ao ser chamado, o Deputado vai-se dirigir à Mesa onde receberá a sobrecarta opaca, do Senhor 1º Secretário, após o que deve-se dirigir à cabine indevassável, onde no seu interior encontram-se as cédulas de votação contendo as expressões sim e não.

Os Senhores Deputados que desejam vo-

tar favoravelmente à indicação do Deputado Nestor Baptista vão utilizar a cédula contendo a expressão sim; e os contrários vão utilizar cédula contendo a expressão não.

Após feita a sua opção de voto, o Deputado depositará a sobrecarta que se encontra sobre a Mesa.

A Mesa designa a Comissão Escrutinadora: Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Caíto Quintana, Acyr Mezzadri, Nelson Vasconcellos e Paulo Furiatti.

O Senhor 1º Secretário procede a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai fazer uma declaração de voto, Presidência: declaro votar a favor do nobre colega Deputado Nestor Baptista, que por tantos anos emprestou o seu brilho, a sua inteligência à esta Casa, e não poderia deixar, esta Presidência, de apoiar e votar no colega, como de resto votaria em todo e qualquer outro Deputado, mesmo no Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado (dando prosseguimento à votação nominal).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, para a declaração de voto, eu quero declarar que voto favoravelmente à indicação do Deputado Nestor Baptista para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. Tive a felicidade de conviver com o Deputado, desde 1978, quando juntos fomos eleitos pelo MDB; e durante todo este tempo, demonstrou capacidade, equilíbrio e sempre disposto a defender os ideais democráticos.

Por isso, voto conscientemente em favor do Deputado Nestor Baptista, para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Quero fazer uma declaração de voto ao meu querido amigo e companheiro de rádio, Nestor Baptista.

Nestor, desejo à você muito sucesso, que Deus o abençoe e meu voto é sim.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - (Continua procedendo à chamada nominal dos Senhores Deputados para o escrutínio secreto).

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, eu quero manifestar ao eminente Deputado Nestor Baptista a minha satisfação em depositar o meu voto em seu nome para exercer as elevadas funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Sua Excelência tem demonstrado, ao longo dos anos, dedicação à causa pública.



e, certamente, na continuidade da sua brilhante trajetória em favor do povo honrará esta Casa no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O meu voto será pela aprovação do seu nome.

Obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Declaração de voto)

Desejo manifestar pessoalmente e em nome do meu partido o voto favorável ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista.

Mantive com Sua Excelência, ao longo dos últimos oito anos, grandes embates políticos em torno de idéias. Sua Excelência defendia ardorosamente as posições governamentais. A mim cabia, Senhor Presidente, expressar o sentimento de oposição do povo do Paraná, a determinados atos governamentais.

Entretanto, as divergências políticas que mantive com Sua Excelência e que espero não mantê-las mais agora, porque ele constitucionalmente será obrigado inclusive a desfiliar-se de partidos políticos. Entretanto estas divergências políticas, jamais alteraram o relacionamento pessoal que mantivemos e sempre houve, entre Sua Excelência e eu, o respeito que deve haver num Parlamento, onde se convive com a opinião dos contrários.

Por isso, Senhor Presidente, voto em Sua Excelência, não só por suas características pessoais, não só, Senhor Presidente, para incentivar nesta Casa um outro adversário político da minha corrente, que é o Deputado Paulino Delazeri, não só para possibilitar a entrada de um outro Deputado do PMDB nesta Casa, mas acima da divergência política, voto pelo Parlamento, voto porque é preciso neste Estado, que se quer democrático, que se respeite o Parlamento, seja ele de qualquer corrente política, o instrumento mais legítimo da democracia, o pilar da democracia, com todos os defeitos, é o Parlamento. Na medida que se enxovalha o Parlamento, na medida em que se faça uma campanha contra o Parlamento, estará se prestando um desserviço à democracia, conscientemente, abertamente, voto no meu adversário político até hoje, Nestor Baptista, em nome da grandeza do Parlamento do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- Prossegue a chamada nominal.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhor 1º Secretário, eu gostaria de me abster da votação e agradecer aos companheiros a confiança depositada em meu nome. (PALMAS...).

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- Prossegue à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) -  
Gostaria de solicitar à Mesa, já que o Deputado Pedro Tonelli já está em processo de votação e antes que seja promulgado o resultado das apurações, eu gostaria de pedir em meu nome pessoal, como Deputado nesta Casa, que registrasse um voto de repúdio pelas declarações feitas pelo Deputado Pedro Tonelli nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não procede a Questão de Ordem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- Prossegue a chamada nominal.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Quando atendida a questão de ordem do Deputado Manfrinato, eu gostaria que lesse os seus pronunciamentos nos Anais desta Casa, que esses são votos de repúdio a este Parlamento. Não precisa produzir repúdios novos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência perdeu uma boa oportunidade de ficar calado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- Prossegue a chamada nominal...  
(Termina a votação).

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- Votaram 49 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Convido para fazerem parte da Comissão escrutinadora os Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto de Oliveira, Acyr Mezzadri, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Lindolfo Júnior, e a Mesa consulta o Deputado Pedro Tonelli se quer fazer parte da comissão escrutinadora.

O SR. PEDRO TONELLI - Quero.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- Quarenta e oito Senhores Deputados votaram sim e 1 votou não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta e oito votos pela aprovação do nome do Deputado Nestor Baptista e 1 voto não.

A Mesa considera aprovado o nome do Deputado Nestor Baptista por esta Casa e encaminhará comunicação ao Senhor Governador do Estado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu serei breve porque quando da posse no Tribunal de Contas, com

a ajuda de Deus mais uma vez, eu quero fazer um pronunciamento de despedida nesta Casa, que já me abriga por mais de 10 anos, no meu 3º mandato.

Eu tive hoje, aqui nesta Casa, uma satisfação que sinceramente até não esperava: a presença maciça dos companheiros Deputados; os que aqui não estão por motivo de força maior inclusive, impedidos de em Curitiba chegarem, pelas condições do tempo. Mas eu quero deixar aqui, Sr. Presidente Anibal Khury, um homem pelo qual nutro o maior carinho, o maior respeito, a maior amizade, registrada também em palavras, a todos os meus companheiros da Assembléia, a todos os 54 Deputados, a você também meu caro Deputado Pedro Tonelli - defensor das suas idéias -, deixo o meu respeito porque o respeito faz parte da democracia. Mas quero lembrar também, Sr. Presidente e Companheiros Deputados: Deputado Tadeu Lúcio Machado, Deputado Gernote Kirinus os dois que comigo aqui chegaram em 1979 pela Legenda do MDB, depois o nosso partido cresceu bastante e outros companheiros se somaram a partir de 1982, mas, quando aqui cheguei e tem aqui, hoje o Vereador Mário Celso que também chegou conosco depois da eleição de 1978, dois Deputados me chamaram a atenção, e muito, e às vezes eu comentava com o Mário: "Vamos dar uma olhadinha nesses 2 para a gente aprender um pouco." Afinal de contas chegávamos aqui, verdes: Deputado Erondy Silvério, Líder, na época, da ARENA, depois do PDS no qual eu prestava muita atenção para aprender até como deveria ser o comportamento de um Deputado aqui, neste Plenário, em todos os sentidos (na hora de fazer uma Sessão aguerrida, de trabalho, na hora de fazer uma Sessão Solene ou na hora de fazer uma Sessão de confraternização como essa de hoje), e o Deputado Luiz Alberto Oliveira. Tenho inclusive guardado um bilhete do Luiz Alberto de 1979, quando fiz um pronunciamento aqui, nesta tribuna, criticando veementemente a postura do Governo da ARENA, naquela época, depois PDS e fiz uma crítica até dirigida ao Deputado Luiz Alberto, e ele me escreveu um bilhete "chumbo trocado não dói", guardei até hoje e tenho guardado, meu caro Luiz Alberto. Porque esses dois Deputados eu fiz questão de, no meu primeiro mandato, nos meus primeiros meses de mandato, em prestar muita atenção de como agiam, de como trabalhavam. Depois vieram tantos outros, muito aprendi, com cada um, com a sua maneira de se comportar. Eu poderia aqui destacar o nome de mais 53 Deputados e até outros que não estão mais aqui, como: Domício Scaramella, David Federman que nos deixaram, mas cada um me ensinou um pouquinho. Até o Deputado Quielse Crisóstomo que foi ferrenho nosso adversário e hoje é um grande

Curitiba, terça, em 05.09.89

companheiro, a quem devo um agradecimento especial nesta Sessão, Sr. Presidente, pelo seu desprendimento, pelo seu discernimento ao abrir mão de uma postulação que vinha levando avante até os últimos dias. Muito obrigado, Quielse, você demonstrou hoje uma hombridade sem precedentes, quero acreditar, não por abrir mão em meu favor, mas por abrir mão em favor deste Parlamento.

Gostaria de destacar tantos outros Deputados: David Cherigate, que tivemos atritos, aqui, nesse plenário, mas que fomos companheiros de 1978, na eleição, meu caro David, cada um no seu partido, nos estranhamos aqui neste plenário, me penitenciei, de público, a você e volto a fazê-lo hoje. Meu Relator Caíto aliás, o Pedro Tonelli hoje, sem querer acabou me proporcionando a oportunidade de sentir que tenho aqui tantos e tantos companheiros.

Muito obrigado a você também.

Obrigado Caíto, Artagão, meu Líder, Lauro, Djalma, Acyr, enfim, a todos vocês, Bazílio Zanusso, Werner Wanderer, esses quarenta e oito companheiros que aqui estiveram, e mais os telefonemas que recebi do Deputado Edmar Luiz Costa, um dos mais destacados Constituintes que, infelizmente, não pode estar aqui hoje por se encontrar adoentado. Gostaria de ter o voto do meu companheiro de Ponta Grossa, Edmar Luiz Costa.

(Aplausos)

A Deputada Ironi Pugliesi há poucos minutos antes desta Sessão me ligou do aeroporto do Rio de Janeiro para vir a Curitiba.

Mas nesses nomes que mencionei, Nereu Haroldo, baianinho, não é Haroldo? Nelson Vasconcelos, Linfoldo... Olha, quero deixar, se omito algum nome, ...Ezequias, meu irmão Algaci Túlio, não é Algaci Túlio? Valderi Mendes Vilela, Luiz Antonio Setti, José Alves.

Muito Obrigado de coração.

Espero corresponder, viu, José Felinto, a esta honraria que estão me dando hoje.

Quando defendi aqui o Governo Álvaro Dias o fiz no interesse da população do Paraná ou pelo menos entendendo que sempre foi no interesse do Paraná. E quis a chance, a sorte, ou a vontade divina, que o Governador entendesse que deveria ser eu o indicado para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas. E por isto, com o apoio de vocês, com o "referendum" da Assembléia, espero ter todos, inclusive os companheiros jornalistas, os radialistas, acompanhando a nossa posse no Tribunal de Contas.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero lembrar palavras, porque nem todos nós somos perfeitos, temos nossas virtudes e de-



feitos. Erramos, como não! Tivemos atritos, inclusive, com os jornalistas em atos que não deveriam ter acontecido, em atos ocorridos em momentos de insensatez, por que não? Mas eu lembro o escritor Oscar Wilde que, num determinado trecho de uma obra, disse o seguinte, Sr. Presidente: "Lancei minha alma ao espaço, depois de muito vagar, a mim ela tornou, trazendo um pouco do bem e um pouco do mal".

Então eu não poderia ser diferente.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos vocês!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com muita honra para esta Casa a presença do Deputado Federal Borges da Silveira.

A Sessão está suspensa por cinco (05) minutos para cumprimentos ao Deputado Nestor Baptista.

(É suspensa a sessão)

Está reaberta a presente sessão.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 126/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga o Art. 2° da Lei n° 8.756, de 27 de abril de 1988. Aprovado. (Publicado no DA 44, de 31/05/89).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 250/88, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que denomina "ANTONIO GASPARI", o trecho da Rodovia que liga Colombo a Baçaetava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 253/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CIVIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E EMPRESAS ESTATAIS" - ASSOCIPE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 255/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 40/89, autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a "UNIAO SOCIAL DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 94/89, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE VILA ANTONIETA", com sede e foro no Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 210/88, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que denomina "RENÓ JOÃO NEVES", a Rodovia PR 438, que liga a sede do Município de Teixeira Soares até a BR 277, naquela municipalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 227/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica "OBREIROS DE ABATIÁ", com sede e foro na Cidade de Abatiá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 228/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA", com sede e foro nesta Cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 229/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a "CRECHE DA IGREJA AMBIENTAL" - CREIA, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 248/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina "ARY BORBA CARNEIRO" o trecho da Rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 149/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário aos Senhores CHAIM LEIB KNOPFOLZ e JOSÉ T. KNOPFOLZ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa corretiva de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA  
AO PROJETO DE LEI N° 149/89

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário "post-mortem" aos senhores CHAIM LEIB KNOPF HOLZ e JOSÉ T. KNOPF HOLZ, pelos imensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.89

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Luiz Antonio Setti.

Tadeu Lúcio Machado.

Algaci Túlio.

Raul Lopes.

Edmar Luiz Costa.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda. -Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 147/88, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que isenta as entidades legalmente declaradas de "Utilidade Pública", do pagamento de água e luz. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.D.C., por unanimidade. (Publicado no DA 47/88, de 25.5.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 147/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado David Cheriegate, o presente projeto de lei tem a finalidade de isentar as entidades legalmente declaradas de Utilidade Pública, do pagamento de Taxas de Energia Elétrica e Água.

Estudando-se o artigo 25 da Constituição Estadual, entendemos ser a matéria contida neste projeto de lei de competência pessoal do Chefe do Poder Executivo. Embora, não se negue a indiscutibilidade do mérito da proposta apresentada, que visa fazer Justiça Social.

Assim por todo o acima exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO, por faltar à referida matéria amparo legal e constitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 147/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, de autoria do Nobre Deputado David Cheriegate, tem por objetivo isentar as entidades legalmente declaradas de utilidade pública, no pagamento de taxas de energia elétrica e água.

De conformidade com o artigo 25 da Carta Magna Estadual, a matéria é da competência exclusiva do Chefe do Poder Exe-

cutivo, embora não se possa deixar de salientar que a matéria é revestida de indiscutível mérito, visando fazer justiça.

Esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar de acordo com o Regimento Interno entende que, pelo que foi acima exposto, a presente proposta vem a merecer pronunciamento desfavorável.

Assim sendo, o nosso parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI N° 147/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, tem a finalidade de isentar as entidades legalmente declaradas de Utilidade Pública do pagamento de taxas de energia elétrica e de água.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças ao analisarem os aspectos legais, constitucionais e financeiros da matéria, ambas se posicionaram pelo parecer contrário, pela razão de entenderem ser a mesma inconstitucional, por ferir a Constituição Estadual no seu artigo 25, que reza ser da competência exclusiva e pessoal do Senhor Governador a iniciativa de leis de matérias de ordem financeira.

Esta Comissão de Defesa do Consumidor, chamada a opinar naquilo que lhe compete, através deste Relator, segue o mesmo entendimento das Duntas Comissões acima nominadas.

Assim sendo, é o nosso parecer CONTRÁRIO, opinando-se pela sua rejeição, já que fere a Constituição Estadual no seu art. 25, § 1°.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

Em votação. Para encaminhar a votação com a palavra o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, solicito inclusive a atenção dos nobres Pares desta Casa para este Projeto n° 147/88, que tem os Pareceres contrários de todas as Comissões pelas quais ele tramitou. É um projeto inconstitucional. É um projeto que não pode passar por esta Casa, não pode ser

aprovado por esta Casa de Leis, porque sabemos que tanto a SANEPAR como a COPEL são entidades que visam lucro, são entidades que têm que sobreviver às suas despesas. E não podemos, evidentemente, estar isentando nenhum tipo de entidade, com relação ao pagamento de água e com relação ao pagamento de luz.

Evidentemente que o seu autor, dentro do seu direito, apresentou este projeto, mas com os pareceres contrários da CCJ, da Comissão de Finanças e das demais Comissões pelas quais ele tramitou. Nós convocamos a Bancada do PMDB, as Bancadas dos outros partidos, para rejeitarmos este Projeto por ser inconstitucional. E temos que rejeitar agora, em 1.<sup>a</sup> votação, porque é exatamente nesta ocasião que nós analisamos a constitucionalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado David Cheriegate, para encaminhar a votação.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu gostaria de chamar a atenção deste plenário para esses Pareceres. São Pareceres antigos. E nós não concordamos com o posicionamento do ilustre Líder do Governo nesta Casa, de que existe a inconstitucionalidade. E queremos chamar a atenção para que em todos os pareceres, de todas as Comissões, foi dado um voto de louvor a este projeto.

O parecer é indevido porque a Constituição Federal já estava em vigor. E a inconstitucionalidade levantada é da inconstitucionalidade com relação à Constituição Estadual.

Por outro lado, eu gostaria de pedir o apoio dos Senhores Parlamentares a este nosso projeto, porque ele dá uma destinação direta às entidades assistenciais do Paraná. Todos nós sabemos que o trabalho das entidades assistenciais é um trabalho que a comunidade paranaense presta aos setores menos favorecidos.

Portanto, nós entendemos que a aprovação desse projeto vai dar diretamente a esta comunidade, melhores condições de atender às populações necessitadas do Paraná.

Por isso eu peço o apoio desta Assembleia para aprovar este nosso projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio para encaminhar.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um projeto dos mais importantes este apresentado pelo Deputado David Cheriega-

te, que leva a minha assinatura como apoio por entendermos, evidentemente, da necessidade do Poder Público prestar a sua parte de contribuição a estas entidades que tanto fazem e, que ocupam até o lugar do Poder Público, que deveria ser ele o responsável principal pelo atendimento às comunidades mais carentes.

Nós somos testemunhas do trabalho feito por estas entidades filantrópicas que para sobreviver precisam realizar festividades, realizar bingos e outros tipos de festas para evidentemente, se manterem na condição de poder dar o atendimento à população.

Por isso eu entendo, primeiro de que não é inconstitucional porque o projeto foi votado, os pareceres são com data posterior à promulgação da nova Carta Magna do país.

Por isso eu apelo aos Senhores Deputados que em muitas ocasiões vêm em busca dessas associações para um internamento, para um auxílio, para uma ajuda. É hora de darmos a contrapartida votando favoravelmente a este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, para fazer a defesa do projeto apresentado pelo Deputado David Cheriegate.

Sei Senhor Presidente, que quando um usuário faz um contrato de adesão com a Companhia Paranaense de Energia ou com a Sanepar, evidentemente ele está fazendo um contrato regido pelo Direito Civil.

Trata-se de um contrato de adesão, Senhor Presidente. Já no passado, inúmeros Parlamentares do PMDB, por exemplo, o Deputado Osvaldo Macedo tentava evitar que se cobrasse juro e multas nas contas atrasadas até para aqueles que percebessem três ou quatro salários mínimos. E não foi possível votar exatamente por este problema que se restringe ao campo do Direito Comercial e que seria impossível resolver através de uma lei ordinária da Assembleia Legislativa Estadual. Entretanto, este projeto do Deputado David Cheriegate restringe a isenção Senhor Presidente apenas às entidades declaradas de utilidade pública por esta Casa. E nós precisamos ter consciência de que esta Casa é responsável. Ela não irá declarar benemerita uma entidade, se esta entidade efetivamente não prestasse relevantes serviços à comunidade carente.

Não são mais Senhor Presidente e Senhores Parlamentares do que 600 ou 700 entidades declaradas de utilidade pública

por esta Casa ao longo de toda a sua existência política do Estado do Paraná. São apenas 800 entidades registradas junto à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social. Portanto, esta isenção não vai causar nenhum rombo, nenhum prejuízo à SANEPAR e nem à COPEL.

E há que se considerar ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tanto a COPEL quanto a SANEPAR são braços do Estado, são companhias mistas que precisam, efetivamente, dar um cunho de prioridade social às suas atividades.

Por isso solicito da Bancada do PMDB, do próprio líder, Artagão Mattos Leão, que reveja a sua posição para que nós possamos, efetivamente, auxiliar as entidades que prestam relevantes serviços sociais aos mais carentes do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, de acordo com o parágrafo único do artigo 160, a votação se fará de modo inverso.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiam levantar-se. REJEITADO o projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. 19 Senhores Deputados rejeitam o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. 15 Senhores Deputados aprovam o projeto. REJEITADO o Projeto.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 187/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB - SEÇÃO DE PONTA GROSSA", com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. Publicado no DA 63, de 20.06.88.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 187/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida Cesar, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB - SEÇÃO DE PONTA GROSSA", com sede e foro em Ponta Grossa.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental

Curitiba, terça, em 05.09.89

à sua tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN  
Relator

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI N° 187/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n° 187/88, de autoria do nobre Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB - SEÇÃO DE PONTA GROSSA".

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar o seu interesse para o Consumidor a sua Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução N° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR  
Presidente

NEIVO BERALDIN  
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 193/88, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PINTORES DE PAREDES, METAIS, MADEIRAS e LETRAS DE CURITIBA e REGIÃO METROPOLITANA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA 64, de 21.06.88).

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI N° 193/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido Parecer, o presente Projeto de Lei N° 193/88, de autoria do nobre Deputado RAUL LOPES, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PINTORES DE PAREDES, METAIS, MADEIRAS e LETRAS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, com sede e foro nesta Capital.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar ter interesse para o Consumidor e sua Declaração de Uti-

lidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução N° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

LEONIDAS CHAVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 196/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola General Antônio Sampaio", com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 64, de 21.06.88.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 196/88

P A R E C E R:

I - Por iniciativa do Deputado Djalma de Almeida César propõe este a declaração de Utilidade Pública da "Associação de Pais e Mestres da Escola General Antônio Sampaio" de Ponta Grossa.

II - Nos termos da Lei 6994, o projeto atende aos requisitos do artigo 1°, quais sejam:

a) Servir desinteressadamente à coletividade. Tal requisito está claramente definido no artigo 4° de seus estatutos "prestar assistência ao educando, assegurando-lhes condições de eficiência escolar" (fls. 4).

b) O registro está certificado (fls 220), sob n° 494, no livro A2 em 19.08.82; portanto possui personalidade jurídica há mais de um ano.

c) O artigo 2° atende inc. III da supracitada lei (fls. 4), ou seja, não remunera seus diretores, não distribui lucros, bonificações ou vantagens, sob nenhum pretexto.

d) Resta a prova do efetivo exercício, que poderá ser sanada, e para tanto sugiro que a Comissão solicite tal documento ao Autor.

Cumprindo a exigência da letra b, adiantamos nosso parecer favorável, posto que constitucional e juridicamente nada impede seu trâmite.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI N° 196/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu

devido Parecer, o presente Projeto de Lei N° 196/88, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola General Antônio Sampaio, com sede e foro em Ponta Grossa. A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relator de Atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o Consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução N° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR - Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 132/89, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede a Jucilda Pacheco Antonelli, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Rica, Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor mensal a 02 (dois) salários mínimos de referência. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 46, de 05.06.89.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Projeto de Lei n° 132/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, visa conceder a JUCILDA PACHECO ANTONELLI, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Rica Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários mínimos de referência, deixando esta de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

A medida é por todos os aspectos indiscutivelmente justa e oportuna, pois visa assegurar meios de sobrevivência à viúva do Senhor Ademir Antonelli.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da referida matéria, pelo alto teor humano nela contido.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 132/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem como objetivo conceder a Jucilda Pacheco Antonelli, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Rica Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários mínimos de referência.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ouviu por bem opinar favoravelmente a matéria.

Esta Comissão chamada a opinar, concluir ser tal medida justa e oportuna, face a necessidade de propiciar melhores condições de vida a viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Rica.

Nestas condições, achamos por bem acatar tal propositura, sendo, portanto, nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.89.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO  
Presidente  
e Relator

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Gostaria só de fazer uma justificativa no Projeto de Lei n° 132/89, Sr. Presidente, uma vez de que na Ordem do Dia consta Município de Terra Rica, é Município de Terra Roxa, gostaria que Vossa Excelência pedisse para corrigir na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será retificado.

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) - Sr.

Presidente eu queria declarar meu voto a este projeto, concede pensão à viúva Jucilda Pacheco Antonelli porque nós também o encaminhamos na Casa e entendemos da necessidade, depois que a mesma ficou viúva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

vai consultar as Lideranças da Constituinte, tem conhecimento de que as lideranças estão se reunindo permanentemente e ainda não chegaram a uma conclusão sobre os trabalhos que estão realizando. E deve-se iniciar a Sessão da Constituinte, esta tarde, ou se deve transferir para 2° feira após as reuniões realizadas pelas lideranças.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu não tenho autorização total das Lideranças partidárias para falar em nome delas, mas apenas uma sugestão para que Vossa Excelência consulte as Lideranças.

Nós estamos votando a Ordem Econômica e Social, são dois títulos a votar. Nós não temos matéria de análise da lideranças suficientes para votação em plenário. Como nós temos sentido de que a celeridade do processo de Constituinte exatamente passa

por uma primeira discussão de lideranças, eu sugiro a esta Casa que nós façamos uma reunião de lideranças hoje de tarde, que façamos reunião de lideranças amanhã, de manhã e de tarde, e na segunda feira venhamos para Plenário já com todo o corpo geral da Constituinte definido nas lideranças, restando apenas as disposições transitórias para o curso da semana.

Esta é uma sugestão que eu acredito ajudará o trabalho da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PMDB.

(Concorda)

Lideranças do PSDB

(Concorda)

Liderança do PDT

(Concorda)

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, apenas para conversar com o Deputado Caíto Quintana, que poderiam ser realizadas reuniões hoje à noite também da liderança, que termina toda a Constituição se fizemos hoje à tarde, hoje à noite e amanhã durante o dia todo das lideranças encerra a Constituição. Segunda-feira ela estará prontinha para ser votada aqui, com o acordo da Liderança do PDT, é lógico, para as reuniões hoje, amanhã, 5ª, 6ª.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PDS

(Concorda)

Liderança do PL

(Concorda)

Liderança do PTN

(Concorda)

Liderança do PRN

(Concorda)

Liderança do PRP

(Concorda)

Liderança do PT

(Concorda)

As Lideranças se manifestam por unanimidade.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1788, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente, às 13:30 horas, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a



presença dos seguintes senhores deputados: Valderi Vilela, David Cheriegate, José Afonso Júnior, João Arruda, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro, Sabino Campos e Homero Oguido. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N° 259/88, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) PROJETO DE LEI N° 339/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) PROJETO DE LEI N° 40/89 de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a "União Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná". Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) PROJETO DE LEI N° 043/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 020/89. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) PROJETO DE LEI N° 123/89, de autoria do Deputado José Alves. Relator Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 6) PROJETO DE LEI N° 128/89, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Fazenda. DEFERIDO. 7) PROJETO DE LEI N° 141/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 8) PROJETO DE LEI N° 142/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 9) PROJETO DE LEI N° 146/89, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) PROJETO DE LEI N° 160/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Antônio Costenaro, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 11) PROJETO DE LEI N° 163/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira. Relator Deputado Antônio Costenaro, requer, seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 12) PROJETO DE LEI N° 167/89, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) PROJETO DE LEI N° 170/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 054/89. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) PROJETO DE LEI N° 177/89, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado João Arruda, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 15) PROJETO DE LEI N° 188/89, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Valderi Vilela,

requer seja transformado em diligência junto ao IPE. DEFERIDO. 16) PROJETO DE LEI N° 192/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 59/89. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) PROJETO DE LEI N° 193/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Valderi Vilela. O Sr. Deputado Djalma de Almeida César solicita vista. DEFERIDO. 18) PROJETO DE LEI N° 194/89, de autoria da Deputada Amélia Hruschka. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 19) PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 33/89, de autoria do Deputado Antônio Annibelli e outros. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 20) PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL N° 14/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/014/89, vetando parcialmente o Projeto de Lei n° 07/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 21) PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL N° 032/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício n° DTL/SAT/035/89, vetando parcialmente o Projeto de Lei n° 212/88, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, José Scarpellini e outros. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 22) PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL N° 040/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/076/89, vetando parcialmente o Projeto de Lei n° 080/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 040/89. Relator Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 23) PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL N° 046/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/105/89, vetando parcialmente o Projeto de Lei n° 115/89, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 24) PROJETO DE LEI N° 170/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. O Sr. Deputado Gernote Kirinus agradece a presença da comissão de Maripá, composta pelos Srs. Bruno Fischer, Raulina Fischer, Zenaide Cunha, Maria Batista, Ivonete Borghetti, Miracê Silva, Cinthia Treitinger e Jandira Calixto Treitinger, que vieram como representantes, manifestando o anseio da comunidade pela emancipação daquela região. Os Srs. Deputados David Cheriegate e Sabino Campos, solicitaram que conste em Ata o seu voto favorável à criação do Município. Dona Jandira Calixto Treitinger fez uso da palavra para agradecer aos Deputados presentes pelo apoio ao projeto em questão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença da comissão de Maripá. E para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pe-

lo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
Everlei T. Cleto Chaves - Secretária

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dia do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o Projeto de Lei n. 190/87 - tendo como relator o Senhor Deputado Raul Lopes, ao qual expediu parecer FAVORÁVEL, e colocado em votação foi APROVADO o Parecer como também foi apreciado o Projeto de Lei n. 192/89, que teve como relator o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, que opinou FAVORAVELMENTE a sua APROVAÇÃO, procedida a votação foi aprovado o parecer. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Jefferson Abade, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
Presidente  
JEFFERSON ABADÉ  
Secretário

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Acyr Mezzadri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 220/87, de autoria do Senhor Deputado José Felinto. Relator Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 044/89, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n. 24/89. Relator Deputado Antônio Bárbara. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 111/89, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n. 50/89. Relator Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 121/89, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n. 52/89. Relator Deputado Antônio Bárbara. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 05) Projeto n. 140/89, de autoria do Senhor Deputado João Arruda. Relator Deputado José Felinto. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhoor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(a) ACYR MEZZADRI  
Presidente  
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO  
Secretário